



RELISE

IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO DESMATAMENTO NO BRASIL¹

ENVIRONMENTAL IMPACTS CAUSED BY DEFORESTATION IN BRAZIL

Eduardo Dias Leite²

Caroline Lima de Almeida Costa³

Roseli de Souza Oliveira⁴

Hellen Cristina Cavalcante Cavalcante⁵

RESUMO

A referida pesquisa tem como finalidade principal analisar os impactos do desmatamento na Amazônia no Brasil e os objetivos específicos descrever sobre a Amazônia e o desmatamento, analisar a importância da Amazônia legal e identificar soluções para o desmatamento zero. Dados divulgados no dia 1º de setembro de 2014 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais afirmam que o Brasil perdeu 9,8% de florestas entre agosto de 2013 a julho de 2014, dados e alterações que preocupam e alertam sobre o futuro da humanidade causando um grande impacto ambiental. Dentro dessa abordagem, faz-se o seguinte questionamento: quais são os impactos do desmatamento na Amazônia no Brasil? A referida pesquisa contribui para ver como são importantes ações contra o desmatamento e alternativas econômicas que estimulem os habitantes da floresta a mantê-la de pé devem caminhar juntas. Os objetivos obtidos com a pesquisa serão analisados por meio de métodos qualitativos, utilizando-se de procedimentos interpretativos e valorativos para a análise de todas as informações obtidas. As técnicas de pesquisas serão a bibliográfica, desenvolvida a partir de material sobre direito ambiental já publicado sobre o tema, quais sejam livros e artigos, e a documental, realizada a partir da análise da legislação pertinente acerca do tema e apresenta como alternativa, a implantação de um programa de Desenvolvimento Sustentável das regiões desmatadas, o qual tentaria conciliar o desenvolvimento econômico com a

¹ Recebido em 05/06/2021. Aprovado em 17/06/2021. Doi: doi.org/10.5281/zenodo.7538544

² Instituto Federal de Brasília. eduardo.leite@ifb.edu.br

³ Instituto Federal de Brasília. karoline_lm10@gmail.com

⁴ Instituto Federal de Brasília. roseli.bsb@gmail.com

⁵ Instituto Federal de Brasília. 1799004@etfbsb.edu.br



RELISE

preservação ambiental, além de conscientizar a sociedade dos problemas que o desmatamento pode trazer em uma escala regional e mundial.

Palavras-chave: desmatamento, impacto ambiental, desmatamento zero.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to analyze the impacts of deforestation in the Amazon in Brazil and the specific objectives to describe about the Amazon and deforestation, to analyze the importance of the legal Amazon and to identify solutions for zero deforestation. Data released on September 1, 2014 by the National Institute for Space Research states that Brazil lost 9.8% of forests between August 2013 and July 2014, data and changes that worry and warn about the future of humanity causing a great environmental impact. Within this approach, the following question is asked: what are the impacts of deforestation in the Amazon in Brazil? This research contributes to see how important actions against deforestation and economic alternatives are that encourage the inhabitants of the forest to keep it standing must go together. The objectives obtained with the research will be analyzed using qualitative methods, using interpretative and evaluative procedures for the analysis of all the information obtained. The research techniques will be the bibliographic, developed from environmental law material already published on the theme, which are books and articles, and the documentary, performed from the analysis of the relevant legislation on the theme and presents, as an alternative, the implementation of a sustainable development program in deforested regions, which would try to reconcile economic development with environmental preservation, in addition to making society aware of the problems that deforestation can bring on a regional and global scale.

Keywords: deforestation, environmental impact, zero deforestation.

INTRODUÇÃO

Pesquisa feita pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostrou que 9,8% do espaço florestal foram devastados ilegalmente, ou seja, foi de 3.036 km² o desmatamento na Amazônia, isso indica que em 335 dias foi devastado duas vezes a cidade de São Paulo. É ali que mora metade das espécies terrestres do planeta. São aproximadamente 40 mil espécies de



RELISE

plantas e mais de 400 de mamíferos, os pássaros somam quase 1.300, e os insetos chegam a milhões.

Com o desmatamento, queimadas e compra de terras ilegalmente, fauna e a flora diminuirão radicalmente causando um grande impacto com o meio ambiente. A degradação é estimulada, principalmente, pelas práticas que envolvem as atividades agropecuárias e as queimadas, sendo essas ações definidas como ilegais e se enquadram nos crimes ambientais. Porém, a fiscalização ainda é precária ajudando ao estímulo do ilegal.

Visto que a floresta está localizada na parte norte da América do Sul e ocupa uma área de 6,5 milhões de km² e o Brasil o país que possui a maior extensão territorial, com 61%. Os impasses que envolvem o desmatamento da Amazônia são discutidos em todas as esferas sociais. Independente do foco, reverter o avanço do desmatamento é preciso e requer o entendimento e comprometimento de toda sociedade e não apenas dos ambientalistas.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos do desmatamento na Amazônia no Brasil e como específicos: descrever sobre a Amazônia e o desmatamento, analisar a importância da Amazônia legal e identificar soluções para o desmatamento zero.

Sendo de muita importância esta pesquisa que visa demonstrar o alto crescimento populacional que provocou uma urbanização intensa e acelerada na região. Nesse contexto apresenta-se uma breve análise sobre os acontecimentos que culminaram com a urbanização da Amazônia Legal durante sua história.



RELISE

REFERENCIAL TEÓRICO

Floresta Amazônica

A Floresta Amazônica é uma das maiores florestas tropicais do mundo e está localizada na região norte da América do Sul. Ela ocupa mais de 61% do território brasileiro. Rica em biodiversidade possui uma fauna que corresponde a 80% das espécies no Brasil e uma flora que contém de 10 a 20% das espécies vegetais do planeta terra. Ainda, sem contar com o fato de que os rios da Amazônia representam a maior reserva de água doce no mundo.

Viajando pela floresta encontramos grandes ecossistemas tropicais com características diversas, além de um relevo variado, antigo e um clima quente/úmido que caracteriza o ambiente amazônico. Presenciamos também uma diversidade de povos que sobrevivem da floresta. Ela é dividida em: floresta montanhosa andina, floresta fluvial alagada e a floresta de terra firme, em que as duas últimas fazem parte do território brasileiro.

O nome que originou a Floresta Amazônica veio dos antigos habitantes e de expedições européias. Um dos primeiros exploradores espanhóis Francisco de Orellana, em 1542, relata um ataque a sua expedição por mulheres nuas que usavam arco e flecha, no rio Amazonas. Orellana chamou-as de amazonas. Na mitologia grega as amazonas tinham o hábito de cortar os seios para melhor manejo de suas armas. Amazona, em grego, significa sem seio. Essas mulheres não aceitavam homens em suas tribos.

Nos países da Amazônia Internacional, a Floresta Amazônica ocupa 40% dos territórios: Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Suriname, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa. Já os Estados que fazem parte da Amazônia Legal (correspondem a 60% do território brasileiro). Esse termo foi criado pelo governo com o objetivo de desenvolvimento da região sendo



RELISE

representado pelos nove Estados brasileiros: Tocantins, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Maranhão e parte do Mato Grosso.

Ainda de acordo com a legislação da Amazônia Legal, os Estados e países que compõem a Amazônia Ocidental são: Amazonas, Acre e Rondônia e Roraima. Amazônia Oriental: Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. Amazônia Continental: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, República Guiana, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa.

Desmatamento

O desmatamento é um processo que ocorre no mundo todo, resultado do crescimento das atividades produtivas e econômicas e, principalmente, pelo aumento da densidade demográfica em escala mundial, colocando em risco as regiões compostas por florestas. A exploração que naturalmente propicia devastação através das atividades humanas já dizimou, em cerca de 300 anos, mais de 50% de toda área de vegetação natural em todo mundo.

A atividade de extrativismo vegetal é extremamente importante em vários países como o Brasil, com predomínio de florestas tropicais, assim como a Indonésia e o Canadá com florestas temperadas, e essa extração coloca em risco diversos tipos de vegetações distribuídas no mundo. Atualmente a destruição ocorre em “passos largos”, podendo ser medida, pois anualmente são devastados cerca de 170.000 km.

Os causadores da crescente diminuição das áreas naturais do planeta são a produção agrícola e pastoril, com a abertura de novas áreas de lavoura e pastagens; o crescimento urbano, a mineração e o extrativismo animal, vegetal e mineral. Essa exploração é característica da Ásia, que, por meio da extração de madeira, já destruiu 60% de toda a floresta.



RELISE

No Brasil, o número é pouco menor, mas não menos preocupante. As consequências da retirada da cobertura vegetal original são principalmente perdas de biodiversidade, degradação do solo e o aumento da incidência do processo de desertificação, erosões, mudanças climáticas e na hidrografia.

Segundo artigo publicado pela ONG S.O.S. Planeta⁶, o desmatamento no Brasil tem aumentado de forma considerável. Com o passar do tempo, a devastação pode ser vista e sentida. São muitos motivos que influenciam o desmatamento: urbanização descontrolada, agropecuária, crescimento industrial, comércio de madeira. Porém, as consequências da falta de planejamento sustentável podem custar caro para um país como o Brasil, que possui muitas riquezas naturais; a biodiversidade, que se encontra nos diferentes biomas pode trazer múltiplos benefícios para ciência e para sociedade como um todo. Porém se toda essa riqueza continuar sendo explorada sem limites, conforme a publicação, seu fim será certo e o que sobrarão serão malefícios, tais como desertificação, extinção de espécies, aceleração do aquecimento global, diminuição dos recursos hídricos, da fertilização dos solos e muitos outros.

Ao contrário do que se pensa, o desmatamento não é uma novidade. A Mata Atlântica, por exemplo, começou a ser desmatada logo depois da descoberta do Brasil pelos portugueses, que buscavam o pau-brasil para produzir um valioso corante para vender na Europa. A exploração não parou por aí: a história nos mostra que os ciclos econômicos do Brasil consumiram mais de 90% da mata que um dia cobriu o litoral do país.

A floresta amazônica padece do mesmo mal. Apesar da sua importância ser muito conhecida, o cuidado que se tem com ela é ínfimo. As constantes queimadas, o comércio ilegal de madeira, o contrabando e caça de animais, tudo

⁶ ONG S.O.S Planeta <https://sites.google.com/site/ongsosplanetacom/desmatamento-no-brasil>, acesso em 31 maio 2021.



RELISE

contribuiu para uma crescente diminuição da cobertura vegetal amazônica e prejudica até o clima. Já, o cerrado, é o bioma mais desmatado.

Estudos mostram a diminuição assustadora de sua área original: a derrubada das árvores para beneficiar obras urbanas, construir pastos e fazer enormes plantações, produção de carvão vegetal e as constantes queimadas enfraquecem e ameaçam o cerrado brasileiro. Apesar da visível degradação que o homem vem causando ao longo dos anos no Brasil, apenas há alguns anos as leis se tornaram mais rígidas, podendo levar para prisão quem comete um crime ambiental. É certo que uma legislação pode ajudar a deter maior parte do desmatamento, mas se o governo não impuser fiscalizações para monitorar as áreas de preservação, as leis acabarão sendo em vão.

Impacto ambiental

Segundo o Artigo 1º da Resolução n.º 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Impacto Ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente à saúde, a segurança, e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias ambientais, a qualidade dos recursos ambientais.

Portanto, a definição de Impacto Ambiental está associada à alteração ou efeito ambiental considerado significativo por meio da avaliação do projeto de um determinado empreendimento, podendo ser negativo ou positivo.

O impacto ambiental negativo é mais conhecido porque gera maior repercussão quando ocorre. No entanto, modificações positivas também acontecem com frequência, principalmente relacionadas aos programas de preservação do meio. Exemplos de impactos ambientais negativos são o



RELISE

despejo de resíduos poluentes em rios e lagos ou o aumento da emissão de gás carbônico, ações que causam mudanças no ar e na água, provocando incômodos persistentes ao meio (SILVA, 2017).

Como impacto ambiental positivo pode-se citar a recuperação das matas ciliares, a limpeza de rios e o replantio de árvores, bem como a criação de espaços verdes em grandes centros urbanos. Os impactos positivos colaboram para reconstituir o meio, para o retorno de espécies nativas e para melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos. Para evitar os excessos nas modificações do ambiente e prevenir impactos muito abrangentes, a legislação brasileira prevê medidas mitigadoras ou compensatórias que possam ser adotadas para minimizar ações pouco sustentáveis (SILVA, 2017).

Amazônia Legal

A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira.

O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos.

Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio deste ano pelo governo federal, considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.



RELISE

Segundo os dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) divulgados no domingo (19 de agosto de 2014) a Amazônia Legal perdeu 402 quilômetros quadrados de florestas no mês de setembro de 2014. Isso representa um aumento de 290% em relação ao mesmo mês em 2013, quando o desmatamento somou 103 quilômetros quadrados. Rondônia foi o estado que mais desmatou (33%), seguido do Pará (23%), Mato Grosso (18%) e Amazonas (12%), Acre (10%), Roraima (4%) e Tocantins (1%).

Segundo o Imazon foi possível monitorar 93% da área florestal na Amazônia Legal enquanto que em setembro de 2013 o monitoramento cobriu uma área menor (79%) do território. As florestas degradadas (quando a floresta não é completamente suprimida) somaram 624 quilômetros quadrados em setembro de 2014. Em relação a setembro de 2013 houve um aumento de 3.797%, quando a degradação florestal somou 16 quilômetros quadrados.

Os dados obtidos pelo SAD são feitos pelo Imazon que monitora toda a Amazônia Legal. Os dados não são considerados oficiais pelo governo que utiliza o monitoramento mensal realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O ritmo de destruição segue par a par com a grandiosidade da Amazônia. Desde que os portugueses pisaram aqui, em 1550 até 1970, o desmatamento não passava de 1% de toda a floresta. De lá para cá, em apenas 40 anos, foram desmatados cerca de 18% da Amazônia brasileira – uma área equivalente aos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Foi pela década de 1970 que a porteira se abriu.

Numa campanha para integrar a região à economia nacional, o governo militar distribuiu incentivos para que milhões de brasileiros ocupassem aquela fronteira “vazia”. Na corrida por terras, a grilagem falou mais alto, e o caos fundiário virou regra difícil de ser quebrada até hoje.



RELISE

A governança e a fiscalização deram alguns passos. Mas, em boa parte da Amazônia, os limites das propriedades e seus respectivos donos ainda são uma incógnita. Isso pode mudar com a consolidação do CAR (Cadastro Ambiental Rural), ferramenta de regularização ambiental prevista no Código Florestal, mas que ainda está em processo de implementação.

Os órgãos ambientais correm atrás de recursos para enquadrar os que ignoram a lei, mas o orçamento para a pasta não costuma ser generoso. Uma nota técnica elaborada pelo Observatório do Clima publicada no dia 11/09/2020 mostra que em 8 meses Salles só executou R\$ 105 mil dos R\$ 26,6 milhões autorizados pelo governo. O percentual de execução do orçamento foi feito calculando o total de recursos autorizado pelo governo sobre os valores liquidados. Esse observatório levou em conta somente os recursos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que deveriam ter sido gastos na implementação de programas ou na formulação de políticas públicas. O resultado visto do alto, do solo ou das águas, é impactante. Uma das últimas grandes reservas de madeira tropical do planeta, a Amazônia, enfrenta um acelerado processo de degradação para a extração do produto. A agropecuária vem a reboque, ocupando enormes extensões de terra sob o pretexto de que o celeiro do mundo é ali.

Mas o modelo de produção, em geral, é antigo e se esparrama para os lados, avançando sobre as matas e deixando enormes áreas abandonadas. Ainda assim, o setor do agronegócio quer mais. No Congresso, o lobby ruralista por mudanças na legislação ambiental conseguiu aprovar o novo Código Florestal, que concedeu anistia a quem desmatou ilegalmente e enfraqueceu a legislação.

O objetivo é que mais áreas de floresta deem lugar à produção, principalmente, de gado e soja. A fome por desenvolvimento deu ao país a



RELISE

segunda posição dentre os maiores exportadores de produtos agrícolas. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), taxas anuais de desmatamento na Amazônia brasileira, que haviam caído nos últimos anos, aumentaram 28% entre agosto de 2012 e julho de 2013.

A exploração predatória e ilegal de madeira continua a ser um enorme problema na região, e tem como principal consequência a degradação florestal, que é o primeiro passo para o desmatamento. Além disso, ela causa inúmeros conflitos sociais, como ameaças e assassinatos de lideranças que lutam para proteger a floresta.

Como se não bastasse, essa madeira chega aos mercados nacionais e internacionais como se fosse legal, por meio de um processo de “lavagem” que utiliza documentos oficiais para dar status de legalidade à madeira tirada de locais que não possuem autorização – incluindo áreas protegidas, como terras indígenas e unidades de conservação.

O sistema do governo que deveria controlar o setor madeireiro é falho e está totalmente fora de controle. As promessas de desenvolvimento para a Amazônia também se espalham pelos rios, em forma de grandes hidrelétricas, e pelas províncias minerais, em forma de garimpo. Mas o modelo econômico escolhido para a região deixa de fora os dois elementos essenciais na grandeza da Amazônia: meio ambiente e pessoas.

Desmatamento zero

As florestas são fundamentais para assegurar o equilíbrio do clima, a conservação da biodiversidade e o sustento de milhões de pessoas que dela dependem diretamente para sobreviver. No Brasil elas são responsáveis por grande parte das chuvas que irrigam nossas plantações e que abastecem



RELISE

nossos reservatórios de água. Florestas também fazem parte da nossa identidade como brasileiros.

Elas influenciaram a formação da nossa cultura e nossos mitos. Seu verde está na nossa bandeira e nos nossos corações. Porém, apesar de toda essa importância, elas continuam sendo devastadas. Apenas na Amazônia brasileira, maior floresta tropical do mundo já perdeu mais de 720.000 km² nos últimos 50 anos, uma área equivalente à soma dos Estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, conforme já dito anteriormente, e exposto novamente para enfatizar a devastação e prejuízo do desmatamento.

Tamanho devastação não faz sentido. Nosso país pode se desenvolver sem desmatar. Hoje, com o que já temos de terras abertas, podemos duplicar nossa produção de alimentos sem precisar derrubar mais nenhum hectare de floresta.

Pode ser a primeira nação que se desenvolveu ao mesmo tempo em que soube preservar sua riqueza ambiental, gerando riquezas infinitas com nossas florestas vivas e ainda fazendo disso nosso grande diferencial em relação ao resto do mundo.

Por isso, foi lançada uma campanha para levar uma lei de iniciativa popular ao Congresso, para acabar com o desmatamento no Brasil. E para que isso aconteça, precisamos obter 1,4 milhão de assinaturas de eleitores brasileiros, além de gerar um grande movimento nacional em defesa das florestas para garantir sua aprovação.

Soluções

Desmatamento zero: Ao zerar o desmatamento na Amazônia até 2020, o Brasil estará fazendo sua parte para diminuir o ritmo do aquecimento global,



RELISE

assegurar a biodiversidade e o uso responsável deste patrimônio para beneficiar a população local. Atualmente, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular pelo Desmatamento Zero no Brasil já conquistou o apoio de um milhão de brasileiros. Não é preciso derrubar mais florestas para que o país continue produzindo. Ações contra o desmatamento e alternativas econômicas que estimulem os habitantes da floresta a mantê-la de pé devem caminhar juntas.

Áreas protegidas: Uma parte do bioma é protegida legalmente por unidades de conservação, terras indígenas ou áreas militares. Mas a falta de implementação das leis faz com que mesmo essas áreas continuem à mercê dos criminosos.

Regularização fundiária: É a definição, pelo Estado, de quem tem direito à posse de terra. O primeiro passo é o mapeamento das propriedades privadas para possibilitar o monitoramento de novos desmatamentos e a responsabilização de toda a cadeia produtiva pelos crimes ambientais ocorridos.

Governança: Para todas essas medidas se tornarem efetivas, o governo precisa estar na Amazônia, com recursos e infraestrutura para fazer valer as leis de preservação. A proteção da Amazônia e a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável e justo para a região pode gerar oportunidades para os povos que dependem da floresta.

METODOLOGIA

Cabe destacar a importância da metodologia científica para os estudos acadêmicos e para as pesquisas. Preliminarmente, procura-se alcançar a qualidade da pesquisa científica por meio de seus métodos, mas, faz-se necessário, compreender as definições de ciência científica.

Caracterização de pesquisa



RELISE

Pode-se entender como método de pesquisa, conforme o conceito adotado por Lakatos e Marconi, “o conjunto de atividades sistemáticas e racionais, para que se alcance um objetivo de forma segura e econômica, sendo esse objetivo os conhecimentos válidos que nortearam o caminho a ser seguido, identificando erros e auxiliando na tomada de decisões.”

O desmatamento na Amazônia é um dos principais problemas ambientais do mundo atual, em função de sua grande importância para o meio ambiente. Porém, este desmatamento causa extinção de espécies vegetais e animais, trazendo danos irreparáveis para o ecossistema amazônico, na busca constante pela “sustentabilidade do verde” nos deparamos com inúmeros acontecimentos marcados pela degradação compulsiva do meio ambiente.

O método de pesquisa a ser adotado é a pesquisa ou estudo bibliográfico, os instrumentos a serem utilizados serão obras de grandes autores que versem sobre o tema, doutrinadores renomados, artigos e sites eletrônicos que atendam à necessidade e esclareçam o máximo de perguntas condizentes ao tema exposto.

Para se chegar ao objetivo almejado é preciso conhecimento diverso sobre o tema. Por isso, faz-se necessário um estudo aprofundado que utilize da diversidade acadêmica em sua pesquisa, mergulhando nas mais diversas fontes para atender ao maior número possível de objetivos específicos.

O método de abordagem a ser desenvolvido é o hipotético-dedutivo, o objetivo central que gerou a pergunta a ser desenvolvida neste trabalho que é responder: quais são os impactos do desmatamento na Amazônia no Brasil?

O interesse principal é analisar, através de análise bibliográfica quais são os impactos do desmatamento na Amazônia e como paralisar tal desmatamento.



RELISE

33

Instrumento de coleta de dados

Os métodos de procedimento, segundo Lakatos e Marconi, são “etapas mais concretas da investigação com finalidade mais restrita em termos de explicação geral de fenômenos e menos abstratas”. Os procedimentos a serem utilizados nesse trabalho serão advindos da pesquisa de fontes bibliográficas a fim de explorar ao máximo e cruzar resultados e assim vir a apresentar um resultado comparativo dos assuntos vigentes dos impactos do desmatamento no Brasil luz das referências bibliográficas e revistas acerca do tema.

Coleta e análise dos dados

A técnica de pesquisa escolhida para o presente estudo do caso é a pesquisa bibliográfica, que é desenvolver a pesquisa tentando explicar o problema através de teorias publicadas em livros ou obras do mesmo gênero. O objetivo desta pesquisa é analisar os impactos do desmatamento, sendo este questionamento: quais são os impactos do desmatamento na Amazônia no Brasil?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo do princípio de que desmatamento envolve o impacto ambiental dos mais acentuados, devido à descaracterização total do habitat natural, pode-se considerar esta prática como sendo a última alternativa, pois se a área solicitada para desmate ainda é madeirável, isto é, se ela ainda tem madeira de boa qualidade em quantidade economicamente viáveis de se efetuar, para o desmatamento deve-se implantar um Plano de Manejo Florestal (PMF), caso a área requerida seja para formação de pastagens, e dependendo da tipologia, pode-se optar pelo plantio direto. Nos casos que a área solicitada realmente depende do corte raso para possibilitar o uso agrícola, pode-se



RELISE

intercalar faixas de vegetação nativas entres as áreas de plantio, a fim de minimizar os impactos envolvidos com a perda de solo de processo erosivos.

Antunes (2015) examina a perda da diversidade biológica como um problema contemporâneo, considerando que esse é um dos temas mais importantes da atualidade política, social, econômica e cultural. Segundo ele, “ao lutarmos pela preservação da diversidade biológica, de fato, estamos lutando pela nossa sobrevivência em um horizonte visível de tempo”.

Alencar (2014) considera a pecuária, a agricultura familiar e a agricultura mecanizada como as três atividades responsáveis pelo desmatamento na Amazônia, entre as quais a conversão de florestas em pastagens seria a principal delas. A criação extensiva de gado é responsável por 75% das florestas desmatadas na região.

Para Antunes, “o foco principal, naquilo que se refere à proteção da diversidade biológica na imensidão territorial de nosso país, tem sido dirigido para a Amazônia e a Mata Atlântica, havendo um princípio de conscientização quanto ao Pantanal e um quase abandono de biomas como o Cerrado e a Caatinga”.

Para Martins, entre as principais causas do desmatamento no Estado, estão relacionadas: a ocupação e o uso dos recursos naturais; o conflito entre a legislação ambiental e a política fundiária; a falta de prioridade à utilização de áreas desmatadas e de valorização da floresta para fins de manejo de produtos madeireiros e não madeireiros, e para a prestação de serviços ambientais.

Schwenk afirma que o avanço populacional no Estado de Mato Grosso foi marcado pelos projetos de colonização a partir da década de 70, pelas grandes empresas agropecuárias e pela urbanização, onde o intenso processo de desmatamento e queimadas alterou a nossa biodiversidade no mesmo. Embora o estado de Mato Grosso se destaque entre os Estados com altos



RELISE

índices de desmatamento, liderando a lista de derrubada de floresta na Amazônia Legal, tem ganhado cada vez mais destaque no cenário nacional e internacional, com relação ao aspecto econômico graças ao elevado índice apresentado pela produção agropecuária dos últimos anos.

Na opinião de Azevedo, os Estados vêm se esforçando consideravelmente na busca de soluções para as questões ambientais e muitos deles já implantaram Leis adequadas para conservação do próprio ambiente, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável no âmbito global é sempre mais difícil de implantar devido que os interesses de indivíduos, grupos, regiões e Estados estão acima dos interesses comunitários, públicos e internacionais.

Posteriormente, a terra é abandonada para a sua natural regeneração secundária e a restauração da fertilidade do solo é feita no intervalo de um período de doze a vinte anos. Muito tempo.

Por ser um sistema simples, a agricultura migratória apresenta-se apropriada para o manejo dos solos pobres dos trópicos. O principal insumo é a mão-de-obra familiar, sendo que os rendimentos são baixos e suficientes apenas para prover a subsistência da família. Nos anos recentes, este sistema tem sido colocado como um dos grandes causadores de desmatamento devido a sua permanente migração.

Os pesquisadores Ferreira, Venticinque e Almeida (2018) mencionam que o processo de desmatamento normalmente começa com a abertura oficial ou clandestina de estradas que permitem a expansão humana e a ocupação irregular das terras à exploração predatória de madeiras nobres. Posteriormente, converte-se a floresta explorada em agricultura familiar e pastagens para a criação de gado, especialmente para grandes propriedades,



RELISE

sendo este fator responsável por cerca de 80% das florestas desmatadas da Amazônia Legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o desmatamento não é um problema apenas dos dias de hoje, sendo que desde a sua origem, este impacto ambiental vem se agravando e causando prejuízos não só para as regiões devastadas, mas também para o mundo inteiro.

Para casos tão graves como esse, é necessária uma conscientização de todos, desde políticos até agricultores, pois mesmo conhecendo as várias causas desse problema (agricultura migratória, pecuária, exploração madeireira, exploração de minérios e metalurgia, agricultura da soja, construção de estradas e os crescimentos urbanos), ninguém toma nenhuma ação para que esse problema se resolva.

Concluiu-se também, que uma dessas ações poderia ser a implantação de um programa de Desenvolvimento Sustentável das regiões desmatadas, o qual tentaria conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, além de conscientizar a sociedade dos problemas que o desmatamento pode trazer em uma escala regional e mundial.

Com base na pesquisa analisada tem que prevenir o desmatamento ao mesmo tempo em que tentamos resolver os problemas que já foram causados (erosão, sedimentação de rios, ameaça a povos locais, perda de biodiversidade, além do efeito estufa e do aquecimento global), para que assim possamos evitar futuros desastres naturais. Todos esses problemas devem ser resolvidos em prol do meio ambiente e de uma vida melhor e mais saudável para as gerações futuras.



RELISE

37

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P.; PACHECO, P.; DIAZ, M. C. V.; SOARES, F. B. **Desmatamento na Amazônia: indo além da “emergência crônica”**. Belém: Ipam, 2014.

ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

AZEVEDO, A., R.L. Rajão, M. Costa, M. C. C. Stabile, A. Alencar, P. Moutinho. **Amazônia em Pauta - Nº 3: Cadastro ambiental rural e sua influência na dinâmica do desmatamento na Amazônia Legal**. IPAM, Brasília. 2014.

BITAR, O.Y., FORNASARI FILHO, N. & VASCONCELOS, M.M.T. Considerações básicas para a abordagem do meio físico em estudos de impacto ambiental. In: BITAR, O.Y. (Coord.). **O meio físico em estudos de impacto ambiental**. Publicação Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), São Paulo, boletim.2018.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. São Paulo: Max Limonad, 2019.

FERREIRA, VENTICINQUE & ALMEIDA. **Estudos de Impacto Ambiental: algumas reflexões sobre metodologia para o caso da mineração**. In: BITAR, O.Y. (Coord.). **O meio físico em estudos de impacto ambiental**. Publicação Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), São Paulo, boletim 56, cap.02, p.04-08, 2018.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito de Águas e Meio Ambiente**. São Paulo: Ícone, 2015.

LAKATOS, MARCONI. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 8 ed. Revista atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2019.

MUSETTI, Rodrigo Andreotti. **Justiça Ambiental**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.



RELISE

38

SCHWENK, P.A.L. **Direito ambiental brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 48.

O DESMATAMENTO da Floresta Amazônica... Disponível em: < http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento_floresta_amazonica.htm >. Acesso em: 20 nov. 2014. (O DESMATAMENTO..., 2014).

OBSERVATÓRIO DO CLIMA... Disponível em < <https://www.oc.eco.br/salles-gastou-r-105-mil-em-politica-ambiental-em-2020/> >